

veja
25/6/97 87
426



Madeira cortada ilegalmente em área indígena: sem fiscalização

desde 1995, que o Brasil veta o acordo de proteção ao mogno. Em Harare, eram necessários 72 votos para aprová-lo, o equivalente a três quintos dos países representados na Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, Cites. No final, houve 67 votos favoráveis e 45 contra.

Dias antes da reunião,

Eduardo Martins chegara a anunciar que o Brasil apoiaria o acordo. Depois, voltou atrás. Oficialmente, o Brasil se absteve de votar, mas nos bastidores os diplomatas do Itamaraty promoveram uma agressiva campanha para derrubar a proposta. Entre os votos contrários estava o da Malásia, país cujas madeiras se estão instalando na Amazônia, depois de destruir grandes florestas em várias partes do mundo. Estavam também o Japão, que propunha o fim da proibição da caça à baleia, Cuba, que queria liberar a matança de tartarugas, e vários países africanos interessados em legalizar a venda do marfim de elefantes abatidos em seu território.

O Brasil usou dois argumentos para defender o atual comércio ilegal de mogno. O primeiro é que essa madeira não corre risco de extinção. É verdade, mas nem mesmo o ecologista mais radical defende a proibição da venda do mogno, só o seu controle. O segundo argumento foi explicado numa carta enviada, antes da reunião, pelas embaixadas brasileiras aos países participantes da Cites. Nela, o Itamaraty usou um discurso terceiro-mundista e ultrapassado, alegando que controlar

o comércio de mogno seria "legitimar imposições unilaterais de países importadores de madeiras". Como se preservar a Amazônia só interessasse a americanos e europeus — e não aos brasileiros. ■

Ambiente

Aliança suja

O Brasil se une a caçadores de elefantes e baleias para impedir a proteção ao mogno

Thomas Traumann

A imagem do Brasil no exterior sofreu novo arranhão na semana passada. Desta vez, o motivo foi a ecologia. A posição brasileira durante um encontro mundial promovido pela Organização das Nações Unidas, ONU, em Harare, no Zimbábue, impediu a aprovação de uma proposta que poderia ajudar a preservar as florestas da Amazônia. Ela previa a criação de um certificado internacional para assegurar que o mogno, a mais nobre das madeiras tropicais, fosse extraído apenas de reservas ecologicamente sustentáveis. O Brasil, que é o maior produtor mundial dessa madeira, vetou o acordo porque extrai 80% de seu mogno em áreas ilegais, incluindo reservas indígenas e florestas consideradas de preservação ambiental. Para derrubar a proposta, a delegação brasileira em Harare teve de se aliar a alguns dos piores vilões ecológicos do planeta, entre eles países que defendem a caça às baleias, a matança de elefantes e tartarugas e o desmatamento. Foi uma aliança tão constrangedora que, no momento em que o presidente do Ibama,

Eduardo Martins, anunciou a posição brasileira, os representantes de outros países caíram na gargalhada.

O mogno é a mais valiosa madeira vendida pelo Brasil. O metro cúbico chega a custar 800 dólares, três vezes mais que as outras espécies tropicais. Nos últimos anos, as vendas oficiais do país têm diminuído, mas o próprio Ibama admite que milhares de toras são contrabandeadas todos os meses para o Peru e Colômbia, sem nenhuma fiscalização. A maior parte é extraída nos Estados do Pará, Rondônia e Acre, por grupos madeireiros ligados a políticos do PMDB e do PFL, dois aliados do governo federal. Isso explica a posição brasileira em Harare. Um dos membros da delegação do Brasil era o empresário Gabriel Gasparetto, presidente da Associação dos Exportadores de Madeira do Pará. "Só os madeireiros que fazem exploração ilegal ganharam com a decisão em Harare", afirma Roberto Smeraldi, diretor da organização ambientalista Amigos da Terra.

Esta é a segunda vez,

174 milhões de dólares é quanto o Brasil faturou no ano passado exportando mogno. Oito em cada dez árvores saíram de áreas ilegais.